

Cartório de origem	Quadro de pessoal paralelo do município (n.º 1 do artigo 109.º)	Funcionário	Categoria	Afectação/integração	
				Conservatória	Data
2.º Cartório Notarial de Viana do Castelo.	Viana do Castelo
.

2 de Janeiro de 2006. — A Subdirectora-Geral, *Maria Celeste Ramos*.

Directoria Nacional da Polícia Judiciária

Despacho n.º 1534/2006 (2.ª série). — Por despachos de 11 de Novembro e de 22 de Dezembro de 2005 do director nacional-adjunto da Polícia Judiciária, Dr. José de Almeida Rodrigues, e do director regional-adjunto de Educação de Lisboa, respectivamente:

Tânia Marisa Adrianopoulos de Sá, auxiliar de acção educativa do quadro da Direcção Regional de Educação de Lisboa, a exercer funções em regime de requisição na Polícia Judiciária — transferida como auxiliar administrativa do escalão 5 para o quadro da mesma Polícia. (Não está sujeito a fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

9 de Janeiro de 2006. — O Director do Departamento de Recursos Humanos, *Domingos António Simões Baptista*.

Instituto Nacional de Medicina Legal

Rectificação n.º 73/2006. — Por ter sido publicado com inexatidão no *Diário da República*, 2.ª série, n.º 249, de 29 de Dezembro de 2005, o aviso n.º 12 003/2005, relativo à abertura do concurso interno de ingresso para provimento de três lugares de assistente de medicinal legal, rectifica-se que onde se lê:

«4 — Conteúdo funcional [. . .]

- b) Integrar as escalas de disponibilidade para a prática dos actos urgentes referidos no artigo 47.º do Decreto-Lei n.º 11/98, de 24 de Janeiro;»

deve ler-se:

«4 — Conteúdo funcional [. . .]

- b) Integrar as escalas de disponibilidade para a prática das perícias médico-legais urgentes nos termos legalmente previstos;»

e onde se lê:

«Vogais efectivos:

Prof. Doutor Jorge Manuel Motins da Costa Santos, chefe de serviço de medicina legal e director da Delegação de Lisboa do INML.

[. . .]

Vogais suplentes:

Prof.ª Doutora Maria Cristina Nunes de Mendonça, assistente graduada de medicina legal do INML.»

deve ler-se:

«Vogais efectivos:

Prof. Doutor Jorge Manuel Matias da Costa Santos, chefe de serviço de medicina legal e director da Delegação de Lisboa do INML.

Vogais suplentes:

[. . .]

Prof.ª Doutora Maria Cristina Nunes de Mendonça, chefe de serviço de medicina legal do INML.»

2 de Janeiro de 2006. — O Vice-Presidente do Conselho Directivo, *Bernardes Tralhão*.

MINISTÉRIO DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL

Gabinete do Ministro

Despacho n.º 1535/2006 (2.ª série). — 1 — Ao abrigo do disposto no Decreto-Lei n.º 106/98, de 24 de Abril, autorizo o pessoal do meu Gabinete a deslocar-se em serviço oficial dentro do País, bem como as despesas inerentes a tais deslocações, sempre que se torne necessário, durante o ano de 2006.

2 — Ao abrigo do disposto nos artigos 27.º, n.º 3, alínea c), e 34.º do Decreto-Lei n.º 259/98, de 18 de Agosto, autorizo o pessoal administrativo, auxiliar e motorista do meu Gabinete a prestar trabalho extraordinário e em dia de descanso semanal, descanso complementar e feriado, sempre que o volume de trabalho e a necessidade de dar resposta às múltiplas solicitações o exija, até final do corrente ano.

1 de Janeiro de 2006. — O Ministro do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, *Francisco Carlos da Graça Nunes Correia*.

Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte

Aviso n.º 624/2006 (2.ª série). — Por despacho de 21 de Dezembro de 2005 do vice-presidente da Comissão de Coordenação e Desenvolvimento Regional do Norte:

José Manuel Pinto Nogueira, técnico superior principal de biblioteca e documentação do quadro privativo da ex-Comissão de Coordenação da Região do Norte — nomeado assessor principal de biblioteca e documentação do mesmo quadro. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

6 de Janeiro de 2006. — A Chefe da Divisão de Organização e Recursos Humanos, *Paula Freitas*.

Gabinete de Estudos e Planeamento

Louvor n.º 37/2006. — No momento em que cesso funções como director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, louvo publicamente a licenciada Susana Maria da Silva Madeira Fernandes Vasconcelos, que, durante o exercício de funções neste Gabinete, evidenciou grandes qualidades pessoais e profissionais e revelou um grande espírito de missão, sendo por isso merecedora do meu apreço e consideração.

30 de Dezembro de 2005. — O Director, *Álvaro Santos*.

Louvor n.º 38/2006. — No momento em que cesso funções como director do Gabinete de Estudos e Planeamento do Ministério do Ambiente, do Ordenamento do Território e do Desenvolvimento Regional, louvo publicamente cada um dos colaboradores a seguir designados, pertencentes aos serviços da Secretaria-Geral deste Ministério, pela dedicação e competência com que prestaram apoio a este Gabinete:

Alfredo Manuel Grilo Rodrigues.
Alice Baeta Correia Dionísio da Conceição.
Ana Maria da Piedade Guerreiro Formosa.
António Câmara de Brito.
Carlos Manuel Santos da Costa.
Célia da Conceição Carapinha Bilro.
Clara Paula Raposo Baptista.

Dulce Jesus Vaz Santos.
Lurdes Conceição Mira Rebola Alfaia.
Maria Emília Ramos Vaz Abrantes Costa.
Maria Idalina Ferreira Vieira e Ressurreição.
Maria Isabel de Oliveira Mata.
Maria Isabel Ricardo Correia Metelo.
Maria José Cancelino Simões.
Maria Manuela Pires Sousa Pacheco Pulido Garcia.
Mário Geraldês Saraiva.
Paula Cristina Teixeira Gonçalves.
Paula Alexandra Carvalho Silva Dionísio.
Rahima Gulamo Nabi Mussá Fakir Ferreira.
Sara Pinheiro dos Santos Oliveira.

O profissionalismo, empenho e qualidade demonstrados, a par de uma total e permanente disponibilidade, tornam-se merecedores de público louvor, o que me apraz transmitir.

30 de Dezembro de 2005. — O Director, *Álvaro Santos*.

Instituto da Conservação da Natureza

Despacho n.º 1536/2006 (2.ª série). — Nos termos do disposto no artigo 27.º, conjugado com o n.º 8 do artigo 21.º, da Lei n.º 2/2004, de 15 de Janeiro, com a redacção dada pela Lei n.º 51/2005, de 30 de Agosto, nomeio a licenciada em Engenharia do Ambiente Maria Isabel da Silva Palmeira Pires para exercer, por urgente conveniência de serviço e em regime de substituição, o cargo de director do Parque Natural da Ria Formosa.

A presente nomeação, em regime de substituição, fundamenta-se na experiência profissional da nomeada para o desempenho das funções inerentes ao cargo, tal como atesta o respectivo *curriculum vitae*, que é publicado em anexo ao presente despacho.

27 de Dezembro de 2005. — O Presidente, *João C. Rosmaninho de Menezes*.

Curriculum vitae

Maria Isabel da Silva Palmeira Pires, técnica superior do quadro do Instituto da Conservação da Natureza.

Habilitações literárias:

- Licenciatura em Engenharia do Ambiente pela Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, em Setembro de 1985, com a média final de 14 valores;
- Mestrado luso-brasileiro relativo a «Gestão e políticas ambientais», leccionado na Faculdade de Ciências e Tecnologia da Universidade Nova de Lisboa, parte escolar terminada em Janeiro de 2000;
- Estágio de seis meses sobre «Gestão do litoral — Restauração de praias e dunas» no Institut pour l'aménagement du territoire et environnement, em Montpellier (França), entre 1 de Abril e 31 de Setembro de 1987.

Experiência profissional:

- Concepção do programa de acções para o Ano Europeu do Ambiente e coordenação do programa de comemorações do Dia Mundial do Ambiente de 1986, ao nível da Secretaria de Estado do Ambiente e dos Recursos Naturais, de 1 de Janeiro a 30 de Setembro de 1986;
- Técnica do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza, em funções no Parque Natural da Ria Formosa entre 1 de Outubro de 1986 e 31 de Julho de 1988;
- Assessoria na presidência do Serviço Nacional de Parques, Reservas e Conservação da Natureza entre 1 de Agosto de 1988 e Junho de 1996;
- Coordenadora da Reserva Natural do Paul do Boquilobo entre 7 de Novembro de 1988 e Julho de 1995;
- Técnica da Divisão de Ordenamento e Avaliação de Áreas Protegidas do Instituto da Conservação da Natureza entre Junho e Novembro de 1996;
- Destacamento no Instituto de Promoção Ambiental, exercendo funções técnicas na comissão de acompanhamento da obra da nova travessia do Tejo em Lisboa, para as questões de ordenamento do território, entre 15 de Novembro de 1996 e 15 de Novembro de 1997;
- Assessoria na presidência do Instituto da Conservação da Natureza entre 5 de Janeiro de 1998 e 14 de Outubro de 2001;

Técnica do Parque Natural da Ria Formosa entre 15 de Outubro de 2001 e 31 de Dezembro de 2002 e a partir de 28 de Junho de 2004;

Responsável pelo Parque Natural da Ria Formosa e pela Reserva Natural do Sapal de Castro Marim e de Vila Real de Santo António entre 1 de Janeiro de 2003 e 27 de Junho de 2004.

Instituto dos Resíduos

Despacho (extracto) n.º 1537/2006 (2.ª série). — Por meu despacho de 29 de Dezembro de 2005:

Joana Maria Botelho Torrezão Figueiredo, técnica profissional especialista principal — nomeada minha secretária pessoal, com efeitos a partir de 1 de Janeiro de 2006. (Não carece de fiscalização prévia do Tribunal de Contas.)

30 de Dezembro de 2005. — O Presidente, *A. Ascenso Pires*.

MINISTÉRIOS DO AMBIENTE, DO ORDENAMENTO DO TERRITÓRIO E DO DESENVOLVIMENTO REGIONAL E DAS OBRAS PÚBLICAS, TRANSPORTES E COMUNICAÇÕES.

Despacho conjunto n.º 54/2006. — A BRISA — Auto-Estradas de Portugal, S. A., pretende promover a construção dos sublanços Almeirim-Salvaterra de Magos e Salvaterra de Magos-A 10-Santo Estêvão da auto-estrada A 13, Almeirim-Marateca. Para tal, torna-se necessário proceder, de entre outros trabalhos, à construção do viaduto sobre a ribeira do Zebro no sublanço Salvaterra de Magos-A 10-Santo Estêvão. O consórcio formado pelas empresas Moniz da Maia, Serra & Fortunato, S. A., e Construtora do Lena, S. A., a quem foi adjudicada a empreitada onde se inclui a construção deste viaduto, pretende construir uma travessia provisória da ribeira do Zebro e respectivos acessos em terrenos integrados na Reserva Ecológica Nacional do concelho de Salvaterra de Magos, por força da delimitação constante da Resolução do Conselho de Ministros n.º 184/97, de 3 de Outubro, publicada no *Diário da República*, 1.ª série-B, n.º 250, de 28 de Outubro de 1997.

A execução desta travessia provisória implica a modelação das margens da ribeira numa extensão de 10 m para montante e jusante do eixo da travessia, a estabilização e a protecção das margens contra a erosão e a posterior montagem no leito da ribeira de dois tubos de betão armado sobre os quais será depositado um aterro. Será criado um acesso à travessia provisória com o comprimento total de cerca de 350 m, que se localiza na faixa já expropriada para realização da obra. Este acesso desenvolver-se-á ao longo do terreno natural, não sendo previstos movimentos de terras assinaláveis nem a aplicação de quaisquer pavimentos específicos.

Considerando que a A 13 se insere na rede nacional complementar, enquanto concessão outorgada à BRISA do IC 3 e do IC 11, previstos no plano rodoviário nacional (PRN), permitindo ligar entre si alguns ramos fundamentais daquela rede e assegurando uma melhor acessibilidade, rapidez e conforto nas deslocações entre o Norte e o Sul do País;

Considerando que a A 13 constitui uma via fundamental para o desenvolvimento nacional e regional, dado que permitirá a ligação da A 2 e da A 6, no nó da Marateca, à ponte Salgueiro Maia, em Santarém, e daí à A 1, fazendo, simultaneamente, a ligação com outras vias de importância regional e local;

Considerando o teor favorável da declaração de impacte ambiental do Secretário de Estado do Ambiente de 9 de Agosto de 2001, condicionada ao cumprimento das medidas de minimização apresentadas em anexo àquela declaração;

Considerando que aquela declaração de impacte ambiental obriga à verificação da conformidade do projecto de execução pela autoridade de AIA (ex-Direcção-Geral do Ambiente), nos termos do artigo 28.º do Decreto-Lei n.º 69/2000, de 3 de Maio;

Considerando o teor do parecer da comissão de avaliação de impacte ambiental em fase de projecto de execução sobre o respectivo relatório de conformidade ambiental (RECAPE), que prevê uma série de condições adicionais a cumprir e que estas não obstam à concretização da pretensão;

Considerando que se trata de uma ocupação temporária, limitada ao período de execução do viaduto da ribeira do Zebro, após o que serão repostas as suas condições iniciais;

Considerando que a área integrada na Reserva Ecológica Nacional a ocupar com a construção destas infra-estruturas no concelho de Salvaterra de Magos representa uma pequena percentagem da área